

REGULAMENTO DA COMISSÃO DE ÉTICA

O presente regulamento define as competências, a composição e o funcionamento da Comissão de Ética do Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical (CESEM). A missão desta Comissão de Ética é promover a reflexão e contribuir para a contínua melhoria da investigação científica pelos membros do CESEM, visando a salvaguarda de princípios éticos nas suas áreas de intervenção, no funcionamento geral da Unidade de Investigação e na relação com a sociedade.

1. Competências

Compete à Comissão de Ética do CESEM:

- 1.1. Garantir o acesso à Carta Ética do CESEM a todos os investigadores integrados doutorados, investigadores integrados não doutorados e colaboradores.
- 1.2. Zelar pela aplicação da Carta Ética nas actividades de investigação desenvolvidas pelos membros do CESEM.
- 1.3. Promover a reflexão, consciencialização e capacitação dos membros do CESEM para as questões éticas da investigação, tendo em vista o cumprimento da Carta Ética durante todas as fases das actividades de investigação científica.
- 1.4. Emitir pareceres sobre pedidos para apreciação ética de projectos e outras actividades de investigação do CESEM submetidos pelos seus membros.
- 1.5. Pronunciar-se, sempre que solicitada pelo/a Presidente do CESEM, sobre questões éticas relativas a qualquer actividade de investigação científica.
- 1.6. Analisar situações de incumprimento da Carta Ética, procedendo a medidas de aconselhamento.

2. Composição

- 2.1. A Comissão de Ética do CESEM é composta por três a sete investigadores integrados doutorados, nomeados pela Direcção do CESEM.
- 2.2. O/A Presidente da Comissão de Ética do CESEM é nomeado/a pela Direcção do CESEM.
- 2.3. Cabe ao Presidente da Comissão de Ética convocar as reuniões, definir a ordem de trabalhos, monitorizar os pareceres, comunicar com a Direcção do CESEM, redigir o relatório anual e representar externamente a Comissão de Ética.
- 2.4. Cabe aos vogais pronunciar-se sobre os pedidos para apreciação ética e, em regime de rotatividade, organizar os pedidos apresentados à Comissão de Ética, redigir as atas das reuniões e colaborar na preparação do relatório anual.
- 2.5. Qualquer membro da Comissão de Ética pode renunciar ao seu mandato, mediante declaração escrita ao Presidente da Direcção do CESEM, devendo manter-se em funções até à nomeação de novo membro, o que deverá ocorrer num prazo máximo de sessenta dias.

2.6. A duração do mandato da Comissão de Ética é coincidente com a do mandato da Direcção do CESEM.

3. Funcionamento

- 3.1. A Comissão de Ética do CESEM reúne quando o seu Presidente assim o entender no quadro da análise e preparação dos pareceres, ou sob o pedido de outro membro, sempre que se justifique pela natureza dos pedidos.
- 3.2. As convocatórias das reuniões devem ser enviadas por via eletrónica com uma antecedência mínima de oito dias, referindo o dia, hora e local da reunião, a ordem de trabalhos e a documentação de suporte sobre cada assunto elencado.
- 3.3. A Comissão de Ética do CESEM só pode reunir estando presente a maioria dos seus membros, entre os quais o Presidente, seja presencialmente ou por videoconferência.
- 3.4. A Comissão de Ética do CESEM delibera por maioria simples dos membros presentes, tendo o seu Presidente um voto de qualidade.
- 3.5. Para cada processo em análise, é compilado um dossier que reúne todas as comunicações realizadas e documentos submetidos pelo investigador, bem como o parecer da Comissão de Ética. Este dossier é de consulta pública, mediante pedido à Comissão de Ética, salvo reserva emitida pelo autor do pedido de parecer ou risco para o normal desenvolvimento do projecto.
- 3.6. Para cada reunião será elaborada uma acta que, depois de submetida à apreciação e aprovação dos restantes membros, será assinada pelo Presidente. Das actas deverá constar a data, hora e local da reunião, os assuntos apreciados, um resumo do que ocorreu, os pareceres, recomendações, relatórios e outros documentos sujeitos a deliberação, as deliberações tomadas, a forma e o resultado das respectivas votações.
- 3.7. A Comissão de Ética do CESEM actua com total independência relativamente aos órgãos directivos do CESEM.

4. Emissão de pareceres

- 4.1. Após receber um pedido enviado por um membro do CESEM, a Comissão de Ética do CESEM deverá pronunciar-se no prazo de trinta dias. No que respeita a projectos de investigação, este prazo é contabilizado desde que o formulário se considera completo.
- 4.2. O pedido de parecer sobre projectos de investigação deverá ser enviado à Comissão de Ética através do preenchimento de um formulário online disponibilizado no sítio da internet do CESEM.
- 4.3. As questões não previstas no formulário online ou relacionadas com denúncias podem ser enviadas para o email de contacto da Comissão de Ética.
- 4.4. Se julgar oportuno, a Comissão de Ética poderá proceder a audições, solicitar esclarecimentos e/ou documentos complementares ao investigador.

- 4.5. Em casos devidamente fundamentados por escrito, a Comissão de Ética pode consultar especialistas externos ou encaminhar o pedido de parecer e documentação associada a uma Comissão de Ética externa.
- 4.6. Os pareceres e recomendações da Comissão de Ética do CESEM são realizados por escrito.
- 4.7. Os pareceres e recomendações da Comissão de Ética do CESEM devem ser elaborados no mínimo por três dos seus membros.
- 4.8. No caso de projectos de investigação, o parecer emitido pode ser:
 - 4.8.1. “Positivo”.
 - 4.8.2. “Positivo com recomendações” – o investigador deve enviar resposta escrita às reformulações propostas no prazo de quinze dias a contar da receção do parecer, assinalando a opção de alteração.
 - 4.8.3. “Negativo” – caso ocorra uma nova submissão, o investigador deverá referir o parecer emitido, assinalando a opção de resubmissão.
- 4.9. Os processos analisados pela Comissão de Ética do CESEM, e que incluem todos os documentos analisados e pareceres, serão conservados durante o prazo legal de dez anos.

5. Impedimentos

- 5.1. A Comissão de Ética do CESEM pode intervir em todas as questões relacionadas com problemas éticos na investigação científica e também pode recusar fazê-lo sobre matérias que entenda não serem da sua competência, devendo justificar as razões de recusa.
- 5.2. Os membros da Comissão de Ética do CESEM que se encontrem numa situação de conflito de interesses relativamente aos processos sob análise, devem pedir escusa em relação à avaliação desse pedido.

6. Confidencialidade

Os membros da Comissão de Ética do CESEM estão sujeitos ao dever de sigilo relativamente aos assuntos que apreciem ou de que tomem conhecimento no exercício do seu mandato e funções. O dever de confidencialidade mantém-se mesmo findo o mandato.

7. Relatório Anual

No final de cada ano civil, a Comissão de Ética do CESEM elabora um relatório de actividades, que é enviado à Direcção do CESEM até ao dia 15 de Fevereiro do ano seguinte a que se reporta, devendo ser colocado na área da comissão de ética do sítio da internet do CESEM.